

**ATA DA 17ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA
ÁGUA BRANCA, REALIZADA AOS DOZE
DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE
2017.**

Aos doze dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezessete reuniu-se esta edilidade para a realização da décima sétima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Pedro da Água Branca. Sob a presidência do nobre vereador José Lima Silva secretariado pelas vereadoras Maria Patrícia de Carvalho e Raquel Pereira Silva primeira e segunda secretaria da mesa diretora respectivamente. Invocando a proteção divina para abençoar os trabalhos o presidente declarou aberta a sessão e em seguida determinou que fosse verificado o quorum e colhida as assinaturas dos vereadores presentes. Iniciando os trabalhos informou o presidente sobre a matéria do dia a qual na ocasião foi o projeto de lei que **“Altera o art. 1º da Lei Municipal Nº 198 DE 20 de Junho de 2016, que fixa o subsidio dos vereadores para a legislatura que se inicia em 1º de Janeiro de 2017 e encerra em 31 de Dezembro de 2020, e dá outras providências”**. Após leitura, o presidente abriu o PEQUENO EXPEDIENTE e não havendo inscritos passou-se ao GRANDE EXPEDIENTE também sem inscritos. O presidente então informou que as matérias da vereadora Tequinha e o projeto de lei que Dispõe sobre a denominação de posto de saúde Maria Neusa Rodrigues ao atual posto de saúde Vanderlândia ficariam para a próxima sessão tendo em vista que está colhendo informações para ter uma justificativa mais abrangente. PASSADA A ORDEM DO DIA o presidente tratou sobre o projeto em discussão ressaltando que o mesmo já fora bastante discutido e que na sessão ainda do mês de maio tiveram o compromisso de trazer junto a este projeto o plano de cargos e carreira dos funcionários da casa mais a assessoria jurídica não pode fazer esse documento, mas que é compromisso de todos votarem assim que o projeto chegar a esta casa. Após leitura franqueou-se a palavra aos vereadores presentes. Então com a palavra disse o vereador Magno ser contra e justifica dizendo que a constituição trata do repasse de sete por cento até cidades de cem mil habitantes e que o repasse atual equivale a noventa e um mil e somando estes valores do subsidio dos vereadores passa pouco de trinta e um mil reais. Ressaltou ter solicitado a esta casa as folhas de pagamento para ter um melhor debate, mas se for baseado pela lei de dois mil e dezesseis o subsidio dos vereadores seria aproximadamente de seis mil e novecentos reais, somando tudo daria um montante de pouco mais de sessenta mil que seria os setenta por cento do repasse. Disse que não usaria essa tribuna para pedir um subsídio nesse valor para os vereadores, mas poderia ser somado o montante total que é pago aos servidores e o resto fixar em um projeto como salário dos vereadores, pois a casa e os servidores não podem ser penalizados por causa de ex-presidentes, e que em relação a despesa patronal ele

entende, mas que deveria ser procurado um modo para que os donos da dívida pagassem. Finalizou dizendo que não aprova o Projeto de Lei, e que se aprovado iria procurar outros meio para que possa reverter a situação. Ainda franqueada a palavra a vereadora Sônia Maria disse não concordar com o projeto, ressaltando que na casa foram aprovados os salários de vereadores prefeito e secretários municipais e que o questionamento só é em cima do salário dos vereadores, e pede que os vereadores reflitam por que se o projeto for aprovado quem será prejudicado será o próprio vereador. Ressalta ainda que em outras cidades o vereador ganha mais que um secretário municipal e que em São Pedro acontece o contrário, sabendo que a responsabilidade do vereador com o município é maior, pois se fossem escolher legislar pelo salário ninguém iria lutar para ter um lugar nesta casa. Questionou que não é modificado no salário do prefeito, do vice e nem dos secretários apesar do município as secretarias esta cheias de pessoas contratadas. Informou que foi pedido ao prefeito as folhas de pagamento das secretarias de saúde, educação e administração, pois a cada dia é criado mais um cargo no município e que a diversos diretores de departamento, e o que se tem na casa de leis é uma situação indigna por que se trata apenas do subsidio do vereador. E vota contra o projeto de lei. Retomando a palavra o Presidente disse que os demais podem ter o posicionamento que quiserem, mas o que estão fazendo é discutindo em sessão plenária o subsidio dos vereadores por que os presidentes que já passaram nesta casa não submeteram ao plenário essa discussão desta mesma forma, e que os decretos eram feitos no gabinete do presidente, eles apenas decidiam quanto iam pagar, mas atualmente faz questão de discutir isso em plenário com ampla discussão. Enfatizou que na condição de presidente não poderia fazer diferente, propondo valor de subsidio acima do possível ou chegar com proposta indecente, preferindo se fosse o caso, entregar a presidência para um vereador que está fora da mesa e que acha que é possível pagar um subsidio no valor que estão querendo e que não teria nenhum problema em fazer isso. Pontuou que sempre teve vontade de ser presidente da Câmara, mas que só seria se fosse nos seus termos e enfatizou que não faria compromisso obscuro para ser presidente, porque que tem o mínimo conhecimento possível. Quanto às informações pedidas pelo vereador Magno, disse o presidente que o valor do repasse era de setenta e sete mil e atualmente é de noventa e um mil reais e que os setenta por cento deste valor é de sessenta e três mil setecentos e onze reais. E os trinta por cento, corresponde a vinte e sete mil. E que a folha de pagamento dos servidores na proposta é de um total de quinze mil. Sendo a folha de vereadores de quarenta e um mil e seiscentos reais, totalizando cinqüenta e cinco mil e seiscentos reais, e que este valor está dentro do limite dos setenta por cento com folha de pagamento e com reserva para pagar décimo terceiro e terço de férias de servidores e dentro de seus cálculos sobraria, em torno de oito mil reais, dentro dos setenta por cento e três mil reais dentro dos trinta por cento. Informou que atualmente a despesa fixa da casa gira em torno de três mil cento e dez reais,

com INSS patronal de aproximadamente doze mil reais que somado com o INSS do empregado vai em torno de dezessete mil. O presidente enfatizou que estava fazendo todo esforço para que sua gestão fosse transparente. Chamou atenção dos edis informando que esta é a primeira vez em que um presidente leva essa questão ao plenário, e que tem a maior clareza, e que os setenta por cento não é só para pagar vereadores e sim o limite máximo que pode ser usado pelo gestor para pagar vereadores e servidores. Ressaltou quanto à colocação do vereador Magno de que não se pode usar desses 70% para pagar dívidas patronais, o presidente disse que pode e o que não pode e exceder esse limite com folha de pagamento. E quanto ao outro argumento feito pela vereadora Sônia Maria por que mexer só o salário de vereadores, o presidente disse por que se trata da câmara e recebem pelo repasse feito pela prefeitura que é passado o valor total no limite e que é o máximo que ela pode repassar, e quanto ao subsídio aprovado ano passado não pode ser aquele porque ultrapassaria esse limite e quanto porque não diminuir o salário do prefeito, porque ele tem orçamento para pagar esse valor. Após as explicações devidas o presidente pediu aos vereadores que pensem nessa possibilidade de aprovar o projeto e que se não for aprovado ficara do jeito que está, pois essa proposta só pode vir a mesa pelo presidente da câmara. Novamente com a palavra disse o vereador Magno que não esta nem um pouco preocupado em questão ao valor do subsídio e que a preocupação é para que seja cumprida a lei, mais o que se vê dentro da proposta do presidente é o interesse de economizar para pagar contas anteriores. Disse que o valor aprovado em dois mil e dezesseis seria impossível de ser pago, mas pede que some os setenta por cento de dívida entre funcionários e vereadores. Ressaltou que vai estudar na constituição e na lei orgânica sobre o que o presidente falou se pode levar esse tipo de proposta a mesa, pois isso o deixou ate preocupado. Mais uma vez com a palavra disse o presidente que essa proposta deve ser apresentada somente pelo presidente, e que o vereador Magno foi certo em uma colocação e equivocado em outra, esteve certo quando disse que a intenção era economizar para pagar a dívida, pois sabe que tem a dívida e que vai chegar a hora de pagar e irá se preparar para tal coisa. E que o equivoco é que não se trata do direito do vereador receber no limite dos setenta por cento que isso não é direito do vereador, pois estará desrespeitando se ultrapassar esse limite. Disse que não conseguiu encontrar pelos vereadores que são contra, uma justificativa plausível embora respeite a posição por que voto é voto. A vereadora Sônia Maria questionou a colocação do presidente sobre ter dito que nunca na casa outro presidente usou a tribuna para tratar desse assunto, dizendo que tem em mãos o decreto do ano de dois mil e doze que fixa o subsídio de vereadores, secretários, vice-prefeito e prefeito, do qual fez a leitura ressaltando que o decreto foi feito pelo ex-presidente Francimar Viera do Vale, questionando ainda que se não se têm receita no município não seria este o decreto que deveriam usar. O presidente em uso disse que a obrigação do vereador é legislar, e que depois deste

decreto já teve a lei de dois mil e dezesseis e o que está acontecendo é uma situação de equívoco, pois os ex-presidentes passavam pela casa e faziam as coisas da forma que eram orientados, e que o equívoco era achar que poderiam chegar a um valor, sem fixar esse valor e agora esta tendo a oportunidade de corrigir, e que precisa disso registrado, pois esta tendo oportunidade de corrigir um erro e não corrigir seria omissão. Ressaltou ter trazido o valor possível que constitucionalmente é viável e legal e que a justificativa dos vereadores não é plausível. EM VOTAÇÃO o projeto de lei, seguiu aprovado por quatro votos a três, sendo contrária a aprovação do projeto de lei o vereador Magno Nunes e as Vereadoras Tequinho e Sônia Maria. Prosseguindo o presidente convidou a presidente do Sindicato da saúde Dulcineia para usar a TRIBUNA LIVRE. Com a palavra disse que os trabalhadores da saúde assim como os vereadores estão lutando pela mesma causa, mas que nunca receberam nenhuma proposta e questiona porque a saúde não recebeu esse reajuste ainda pois não estão pedindo favor, nem agrado e sim seus direitos. E que até o momento não houve nenhuma discussão para tratar disso e que a vereadora Raquel presidente da comissão de saúde, enviou um ofício ao gestor, mas que até o momento aguardam essa reunião, mas que já marcaram diversas e só uma aconteceu. E deixa sua indignação com o gestor e com classe por não se fazer toda presente e não cobrar, e agradece por os vereadores estarem levando a frente o projeto que leva o nome da Maria de Neusa ao posto de saúde e agradece o apoio dos vereadores. O Presidente disse esperar que o gestor faça essa reunião e esclareça também suas dificuldades e que todos cheguem a um acordo, pois os vereadores sempre apoiaram as causas e que irão continuar assim. O vereador Jean em uso da palavra falou sobre o projeto votado dizendo que votou sim mais pede ao presidente que fosse a previdência e onde for necessário para que traga o valor da dívida e que falasse com, mas clareza o que esta acontecendo para que todos pudessem entender. Seguiu o vereador parabenizando a Dulcineia por sua luta e aos demais servidores que estão acompanhando o caso e pontuou que estão no caminho certo, e que podem contar com seu apoio e toda câmara porque nunca foi negado. O vereador Magno com a palavra comunica a casa que esteve na promotoria da cidade juntamente com a vereadora Creuzenir e vereadora Sonia Maria com objetivo de se colocar a disposição para auxiliar em tudo que poderem em relação ao município e que la ficaram sabendo pela própria promotora que ela já havia pedido a folha de pagamento de todos os servidores do município sobre suspeita de funcionários fantasmas nessa folha. E que também fez essa solicitação, pois se isso for verdade é o cumulo do absurdo e que prefere não acreditar nessa possibilidade. Ressaltou que ficou sabendo também sobre a promotora ter falado com o presidente com relação a prefeitura ter firmado contrato com escritório de advocacia usando dinheiro da educação, e acredita que o presidente tenha esquecido de comunicar aos demais vereadores para que acompanhassem o caso. Finalizou dizendo que na gestão passada

aconteceu isso, e que acontece também nessa gestão que diz ser uma nova história. A vereadora Raquel enfatizou que a comissão de saúde iria de encontro ao prefeito para viabilizar essa discussão a fim de tentar conversar, ouvir o gestor e convida os demais que queiram acompanhá-los para tentar uma solução a essa questão. Sem mais inscitos o presidente agradeceu aos vereadores que votaram no projeto e aos que não votaram, mas justificaram, agradecendo também a classe da saúde presente. E não havendo nada mais a tratar o presidente encerrou a sessão encarregando-me de lavrar a presente ata que após lida, discutida e aprovada segue assinada pela mesa diretora e demais vereadores. Sala das sessões aos doze dias do mês de Junho do ano de 2017.

Presidente: José Leine Duarte

Vice-presidente: Francisco Elias Pereira

1ª Secretária:

2ª Secretária: Raquel Pereira Silva

Vereadores: Fran Cláudio da Costa Pereira.
Mesa -